

DAVID HARVEY E A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL DO CAPITALISMO¹

DAVID HARVEY AND THE THEORY OF UNEVEN GEOGRAPHICAL DEVELOPMENT OF CAPITALISM

José Arnaldo Ribeiro dos SANTOS JUNIOR²

Resumo: Este trabalho, a partir de um ponto de vista crítico, identificado com a *economia política marxiana*, objetiva realizar uma leitura da teoria do *desenvolvimento geográfico desigual* do geógrafo marxista David Harvey. Baseado no *método dialético marxiano*, propõe-se analisar e, ao mesmo tempo, estabelecer um diálogo com o autor no intuito de mostrar o caráter *espacial* do desenvolvimento desigual do capitalismo. Parte-se da hipótese de que a discussão do caráter espacial do desenvolvimento desigual do capitalismo requer uma leitura geográfica que possibilite compreender o processo capitalista de *produção do espaço* a partir do recurso analítico das *escalas* com o intuito de *espacializar* a economia política. Do ponto de vista empírico, selecionou-se como objeto de reflexão a empresa *Suzano Papel e Celulose*, devido a sua intensa influência, materializado na sua *territorialização*, no Maranhão. Desse modo, visamos contribuir para o estudo *geográfico* da *questão do desenvolvimento*.

Palavras-Chave: David Harvey; Desenvolvimento geográfico desigual; Suzano Papel e Celulose.

Abstract: This paper, from a critical point of view, identified with the marxian political economy, aims to realize a reading of the uneven geographical development of the Marxist geographer David Harvey. Based on Marxian dialectical method, is proposed to analyze and, at the same time, establish a dialogue with the author in order to show the spatial character of the uneven development of capitalism. It starts with the hypothesis that the discussion of spatial character of the uneven development of capitalism requires a geographical reading that allows to understand the process of capitalist *production of space* from the *scales* analytical resource in order to *spatialize* political economy. From the empirical point of view, it was selected as the object of the company reflection Suzano Pulp and Paper, because of their intense influence, materialized in its territorialization, in Maranhão. Thus, we aim to contribute to the geographical study of the development question.

Keywords: David Harvey; Uneven geographical development; Suzano Pulp and Paper.

¹ Pesquisa de mestrado em andamento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) intitulada: *O Desenvolvimento Geográfico Desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão*. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Possui graduação em Geografia Bacharelado e Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão (2011). Atualmente é mestrando em Geografia Humana da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Sindicalismo (NEPS). Tem habilidade na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária. Atua principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento; Projetos de Desenvolvimento; Conflitos Socioambientais; Teoria e Método da Geografia; Geografia Crítica; Modernidade e Meio Ambiente. *E-mail:* aj_ramone@hotmail.com

1 Introdução: o autor no contexto

O geógrafo britânico David Harvey, professor emérito de Antropologia no centro de pós-graduação da City University of New York (CUNY-EUA) tem se destacado como um dos maiores intelectuais do nosso tempo cujas contribuições tem se expandido para além das fronteiras científicas da Geografia alcançando áreas como a Economia Política, Sociologia Urbana, Arquitetura e Urbanismo.

Trabalhando como geógrafo, sua docência e produção científica abrangem temas como Desenvolvimento Geográfico Desigual, Natureza, Espaço, Geografia, Capitalismo, Globalização e Escala. Harvey tem buscado construir uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual tomando como base a teoria marxiana.

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual para David Harvey é de fundamental importância para a compreensão da fase de globalização neoliberal vivida pelo capitalismo. Não só porque ela nos revela as *espacializações* do capital nas mais diferentes escalas (global, nacional, regional, local), mas também porque permite compreender as diversas *lutas de classes* nessas mesmas escalas. Se o capital se globaliza, a luta de classes se globaliza, mesmo que não seja na mesma intensidade de poder.

A dialética entre as escalas geográficas e a produção capitalista é o fio condutor que permite compreender a *produção capitalista do espaço*. A nossa busca em desvelar o caráter espacial do desenvolvimento desigual do capitalismo se faz a partir do recurso analítico-geográfico da *escala* uma vez que o momento de compreensão da produção capitalista do espaço é capturado quando nos movimentamos e reproduzimos, no *pensamento*, as leis ontológicas e objetivas da *realidade*. Assim, do ponto de vista empírico, a escolha como objeto de reflexão da empresa *Suzano Papel e Celulose*, deve-se a sua intensa influência, materializada na sua *territorialização*, no Estado do Maranhão.

O artigo se inicia com a discussão da teoria do desenvolvimento geográfico desigual de David Harvey cujos elementos estão elencados em duas obras do autor: *Espaços de Esperança e Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. Em *Espaços de Esperança* a teoria do desenvolvimento geográfico desigual compõe-se fundamentalmente de dois componentes vinculados: 1) a produção de escalas espaciais e 2) a produção da diferença geográfica. No que tange à *Spaces of global capitalism*, Harvey enumera quatro condicionalidades que são fundamentais para a teoria do desenvolvimento geográfico desigual: (1) a incorporação material dos processos de acumulação de capital na teia da vida sócio-ecológica; (2) acumulação por espoliação (uma generalização do conceito de Marx de acumulação “primitiva” ou “original” em que ativos pré-existentes são reunidos – como força de trabalho, dinheiro, capacidade produtiva ou mercadorias – e postos em circulação como capital); (3) o caráter semelhante a lei da acumulação de capital no espaço e no tempo; e (4) as lutas políticas, sociais, e de “classe” em uma variedade de escalas geográficas. São tais *determinações* da *teoria do desenvolvimento geográfico desigual* que nos possibilitam responder às necessidades de compreensão do processo de *territorialização* da Suzano no Maranhão (monoculturas de eucalipto, acessos rodoferroviários, plantas industriais e terminal portuário). As considerações finais integram a última parte, onde é retomada nossa tese de que a *teoria do desenvolvimento geográfico desigual* se constitui de cabedal teórico-metodológico importante para se compreender a *produção capitalista do espaço pela Suzano Papel e Celulose*. Desse modo, visamos contribuir para o estudo *geográfico* da *questão do desenvolvimento*.

2 Uma leitura da teoria do desenvolvimento geográfico desigual de DAVID HARVEY

Começemos com a pergunta central: *o que compõe a teoria do desenvolvimento geográfico desigual* para David Harvey? Assim como em Neil Smith³ a escala é fundamental para a análise do geógrafo britânico. Por isso, o desenvolvimento geográfico desigual compõe-se fundamentalmente de dois componentes vinculados: 1) a produção de escalas espaciais e 2) a produção da diferença geográfica. No primeiro caso:

Os seres humanos costumam produzir uma hierarquia acomodada de escalas espaciais com que organizar [sic] suas atividades e compreender [sic] seu mundo. Lares, comunidades e nações são exemplos óbvios de formas organizacionais contemporâneas existentes em diferentes escalas. Intuímos de imediato no mundo de hoje que o caráter das coisas se afigura distintos quando analisado nas escalas global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal. O que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra. Sabemos, não obstante, que não se pode entender o que acontece numa dada escala fora das relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas – comportamentos pessoais (por exemplo, dirigir automóveis) produzem (quando agregados) efeitos locais e regionais que culminam em problemas continentais, de, por exemplo, depósitos de gases tóxicos ou aquecimento global. Mas essa decomposição intuitiva é imprópria, pois dá a impressão de que as escalas são imutáveis ou mesmo totalmente naturais, em vez de produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas (HARVEY, 2004, p. 107-108).

O movimento que faz Harvey é no sentido de *desnaturalizar* as escalas. A *positivação* das escalas aparece de imediato no plano da *forma* como algo dado pela natureza (daí a naturalização). Somente superando a imediatividade e indo essencialmente ao conteúdo das escalas espaciais, verificamos que as mesmas são produzidas pelos homens em sociedade, através da história, no espaço.

Não obstante, isso significa dizer, segundo Harvey (2004) que a produção das escalas espaciais está para além das influências “naturais”. Isso não quer dizer que a natureza, ou os processos biofísicos, estejam excetuados. Os processos ecológicos e físicos que regulam as condições da terra, da água e do ar, por exemplo, atuam em várias escalas. Portanto, é a interação dinâmica com os planos escalares de processos naturais que os seres humanos produzem suas próprias escalas.

Movimento bem claro do que o geógrafo britânico nos explica faz a Suzano Papel e Celulose. Suas atividades produtivas são simultaneamente interações com processos

³Neil Smith (1954-2012) foi um geógrafo e professor de Antropologia e Geografia do centro de pós-graduação da City University of New York (CUNY-EUA). É considerado um dos maiores geógrafos cujas contribuições acadêmicas tem se expandido para além das fronteiras científicas da Geografia, alcançando áreas como a Sociologia Urbana. Trabalhando como geógrafo, sua docência e produção científica abrangem temas como Desenvolvimento Desigual, Natureza, Espaço, Capitalismo, Gentrificação, Globalização e Escala. A produção geográfica de Neil Smith explorou principalmente a relação entre a produção do espaço e a espacialização da economia capitalista. O referido geógrafo se tornou conhecido ao analisar em profundidade o fenômeno socioeconômico da *gentrificação*.

Em 1984, nos Estados Unidos, publica seu principal livro: *Desenvolvimento Desigual*. Procurando demonstrar o caráter espacial do desenvolvimento desigual, Neil Smith, partindo de uma análise marxista, atrela o conceito filosófico de produção do espaço ao mecanismo analítico-geográfico das escalas com o intuito de espacializar a economia política capitalista. Nesse sentido constata uma dialética entre diferenciação e equalização geográficas.

biofísicos (apropriação de rios, lagos, da terra) e sociais (lutas de classe com camponeses, contratação de trabalhadores – proletarização). Além do mais as mesmas atividades produtivas causam desequilíbrios ecológicos (como a extinção de recursos hídricos, desmatamento das *chapadas*⁴ com vistas ao plantio de eucalipto, destruição de formas de vida animal e vegetal através dos *correntões*⁵) interferindo, mais uma vez, nas escalas de sua atuação.

Harvey (2004, p. 109) advoga que:

As escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte comunicações) bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas (etc.). Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes.

Tal assertiva tem correspondência na realidade quando pensamos a luta de classes entre camponeses, especificamente das comunidades de Vertente e Bracinho⁶, e a Suzano. Apesar do conflito se materializar na escala *local*, por um lado, a Suzano executa seu projeto de territorialização de modo *regional*⁷, envolvendo o Maranhão e o Piauí; por outro, os camponeses atingidos, ao lutarem por aquilo que desejam manter (como a posse da terra) operam em escalas que suplantam o nível local, quando se articulam regionalmente ou quando requerem a presença do ITERMA⁸ (órgão estadual, escala estadual) no que tange a deliberação de suas questões.

Tem-se que ambos os sujeitos estão em movimento, um ir e vir perpétuo cujas ações compreendem produções do espaço distintas: se os camponeses produzem seus roçados em sua atividade metabólica com a natureza via *trabalho*⁹, por exemplo, a Suzano produz espaço

⁴ As chapadas são os lugares de extração e manejo de recursos vegetais (como bacuri, pequi, etc.) por parte dos camponeses. São lugares fundamentais para a realização da vida camponesa onde estes, os camponeses, também exercem a caça e a criação de animais.

⁵Na definição de Ferreira (2002, p. 153): “o ‘correntão’ era a engrenagem construída com dois tratores de esteira e uma grossa corrente, que agressivamente passava e derrubava a densa floresta tropical com seus bichos. O ambiente do alimento e da água passava a ser destruído pela máquina, em larga escala, e por pessoas da própria comunidade, que passavam a trabalhar para as firmas”. Cabe destacar que este processo de destruição das chapadas, com vistas ao desenvolvimento de atividades capitalistas, utilizando o correntão, não é algo recente. Simone Raquel Batista Ferreira (2002, p.95) estudando os impactos ambientais que a Aracruz Celulose promoveu na comunidade de Itaúnas e seu entorno rural, escreve que: “A partir da década de 60, a exploração da madeira dá continuidade à monocultura do eucalipto para a produção do carvão de siderurgias e da celulose. A comunidade presencia a continuidade da destruição da floresta através do machado, da motosserra e do trator de esteira, o ‘correntão’, símbolo do desmatamento realizado pela Aracruz Celulose no município de Conceição da Barra”.

⁶ A comunidade de Vertente localiza-se no município de Santa Quitéria do Maranhão; já a comunidade de Bracinho localiza-se no município de Anapurus, também no Maranhão; Ambas estão na área de conflito fundiário com a empresa Suzano Papel e Celulose, que tem buscado açambarcar as terras camponesas para implantar o monocultivo de eucalipto.

⁷ Minha concepção do que vem a ser *regional* está atrelada à definição de *regiões* que fez David Harvey (2010, p. 88): configurações relativamente estáveis de economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo.

⁸ Instituto de Terras do Maranhão.

⁹“O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é a condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural e eterna da vida humana, sem depender,

à sua imagem e semelhança: monoculturas de eucalipto, plantas industriais, acessos rodoferroviários, terminal portuário. Para os camponeses, o espaço é o âmbito da essência de ser camponês (o *trabalho familiar* como *práxis* criadora) ao mesmo tempo em que é o lugar de realização da existência (a vida social em *comunidade*).

O segundo componente fundamental da teoria do desenvolvimento geográfico desigual é a produção da diferenciação geográfica.

O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos dos recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais (línguas, instituições políticas e valores e crenças religiosos) inseridas integradamente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos. Esse mosaico é ele mesmo um “palimpsesto” - composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros, tal como ocorre com as diferentes contribuições arquitetônicas de diferentes períodos que se distribuem em camadas nos ambientes construídos de cidades contemporâneas de origem antiga. Algumas das camadas têm maior saliência que outras (pensa-se na Batalha do Boyne [Irlanda] e na separação entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte, que continua a ter uma importância tão imensa para a região). Esse mosaico geográfico é uma criação, aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas (HARVEY, 2004, p. 110-111).

De fato, o uso dos recursos por parte dos camponeses difere bastante da *forma* de utilização da Suzano. Se por um lado as chapadas são os lugares de extração de recursos vegetais, da caça e criação de animais, que são fundamentais para a realização da vida social comunitária, por outro lado, as mesmas chapadas tornam-se espaços que impedem a monocultura do eucalipto. Na ótica dos camponeses, as chapadas servem como espaço de criações de animais e extrativismo vegetal (bacuri, plantas medicinais, etc.); na visão da Suzano as chapadas são condição de suporte das suas atividades econômicas, notadamente, o plantio de eucalipto. Se para os camponeses a relação com o ambiente, melhor dizendo, o espaço, é uma condição de realização da essência (a *práxis*, o *trabalho familiar*) e da existência (a vida em *comunidade*), para a Suzano a relação com o ambiente (espaço) toma a *forma-mercadoria*.

Harvey salienta ainda que:

[...] as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente (HARVEY, 2004, p. 111).

O que o geógrafo britânico faz é mostrar que sob uma *base natural de diferenciação*, nos termos de Neil Smith (1988), erige-se a *produção social da diferenciação geográfica*. Esta produção social da diferença é perpetuamente reproduzida. Pensemos no caso da Suzano.

portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 2010, p. 218).

Esta empresa ao iniciar seu processo de *territorialização*¹⁰ no Maranhão começou, simultaneamente, a produzir espaço a partir do espaço anterior. Esta relação reconfigurou a geografia do lugar na medida em que as terras da região (FIGURA 01) se mostraram atrativas para as atividades econômicas da Suzano.

Regiões	UF	Estimativa de Preço de Terra (R\$/ha)		
		Mínimo	Máximo	Média
Nordeste / Sudeste	BA / MG	1.480	6.670	3.790
Sudeste	SP	2.440	7.150	5.680
Nordeste / Norte	PI / MA	430	1.320	760
Sul	PR / SC	2.470	7.200	4.660
Centro-Oeste	MT / MS	1.560	7.090	3.190

Figura 01. Valor da aquisição de terras. Fonte: Câmara setorial de silvicultura, 2009.

Tal reconfiguração *econômica* trouxe consigo uma reconfiguração *política*: a *luta de classes* entre camponeses e a empresa latifundiária. A busca pelas terras do Leste Maranhense foi um fator importantíssimo para a produção da diferença geográfica encetada pela Suzano, uma vez que gerou um movimento de capital para construção de ambientes propícios à acumulação. Contraditoriamente, levou a uma reconfiguração *ecológica* uma vez que os camponeses se queixam da diminuição do nível dos rios, destruição das chapadas, etc.

Por isso tudo Harvey (*idem*, p. 112-113) resume:

A concepção geral de desenvolvimento geográfico desigual que tenho em mente envolve uma fusão desses dois elementos, a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas. Temos por conseguinte de pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescolares como intra-escalares. Um erro comum tanto de compreensão analítica como de ação política decorre do fato de, com demasiada frequência, nos aprisionarmos numa dada escala de pensamento, tratando então as diferenças nessa escala como a linha fundamental de clivagem política. Julgo ser esse um dos mais disseminados erros a advir de toda a pletera de discursos sobre globalização a que nos vemos expostos atualmente. Ele sustenta erroneamente que tudo é determinado fundamentalmente na escala global.

Compreender a geografia das lutas entre os camponeses e a Suzano requer entender suas posições de classe no plano político-econômico. A analítica do campesinato nos mostram dois principais elementos que os diferenciam da empresa latifundiária: a forma de tratar a

¹⁰ Quando falo em territorialização, tenho em mente o processo de que o *mestre* Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004, p. 42) qualificou como *territorialização do capital* monopolista. Nesse mecanismo, no qual o capital se territorializa, “ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude”.

terra (base do *trabalho familiar*) e o *trabalho* (realizado com a *família*). No plano escalar, os camponeses atuam principalmente no nível local (entre comunidades).

Diferentemente da Suzano que, por força de seu poderio econômico-político, detém uma capacidade maior de interferir em planos escalares maiores (estadual, nacional). A peculiaridade analítica está em ver como esses processos político-econômicos ganham materialidade no território, entendido como “produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 2004, p. 62).

Podemos compreender até agora como David Harvey opera o arcabouço teórico-metodológico marxiano para advogar uma compreensão materialista simultaneamente histórica e geográfica do capitalismo globalizado. O conceito de escala funciona como norteador da apropriação dialética da produção de formas-conteúdos inerentes à globalização neoliberal que restauram, no modo de ver de Harvey, o poder de classe da burguesia¹¹.

Sob essa ótica, em *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*, Harvey amplia a noção de desenvolvimento geográfico desigual para além da escala e da produção da diferenciação geográfica. Ele começa apontando que existem várias maneiras sobrepostas de pensar o desenvolvimento geográfico desigual:

(1) interpretações historicistas/difusionistas tratam o desenvolvimento político-econômico dos países capitalistas avançados (o Ocidente) como o motor do capitalismo que arrasta todos os outros territórios, culturas e lugares por caminhos de progresso econômico, político, institucional e intelectual.

(2) argumentos construtivistas concentram no “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. As práticas de exploração do capitalismo apoiado pelas atividades políticas, militares e geopolíticas das Nações-Estado mais poderosas envolvidos em exploração imperialista, colonial ou neo-colonial de territórios e populações inteiras e suas culturas, estão na raiz do desenvolvimento geográfico desigual.

(3) explicações ambientalistas voltam pelo menos a Montesquieu e Rousseau. Apesar de sua reputação ter ficado manchada por associações com o racismo e a doutrina das (geralmente) superioridades culturais europeias, nunca o fio do argumento de que as diferenças de desenvolvimento atribuídos à subjacentes condições ambientais desapareceu.

(4) interpretações geopolíticas veem o desenvolvimento geográfico desigual como um resultado imprevisível de lutas políticas e sociais entre os poderes territorialmente organizados que operam em uma variedade de escalas¹².

¹¹ A tese de que o neoliberalismo implica numa restauração do poder de classe da burguesia encontra-se em Harvey (2011).

¹²1) historicist/diffusionist interpretations treat the political economic development of the advanced capitalist countries (the West) as the engine of capitalism that entrains all the other territories, cultures and places into paths of economic, political, institutional and intellectual progress. [...]

2) Constructivist arguments focus on the “development of underdevelopment”. the exploitative practices of capitalism backed by the political, military and geopolitical activities of the most powerful nation states engaging in imperialist, colonial or neo-colonial exploitation of territories and whole populations and their cultures lie at the root of the uneven geographical development. [...]

3) Environmentalist explanations go back at least to Montesquieu and Rousseau. Though their reputation became sullied by associations with racism and doctrine of (usually) European cultural superiorities, the thread of argument that attributed development differences to underlying environmental conditions never disappeared.

4) Geopolitical interpretations see uneven geographical development as an unpredictable outcome of political and social struggles between territorially organized powers operating at a variety of scales (2006, p. 71-73)

O objetivo de Harvey é não tratar estas interpretações como mutuamente excludentes, mas sim ver como cada uma dessas interpretações, explicações e argumentos podem ajudar a compreender o desenvolvimento geográfico desigual. Por isso, estrutura o argumento em torno de quatro condicionalidades radicalmente distintas que possuem status epistemológico diferente:

- 1) a incorporação material dos processos de acumulação de capital na teia da vida sócio-ecológica.
- 2) acumulação por espoliação (uma generalização do conceito de Marx de acumulação “primitiva” ou “original” em que ativos pré-existentes são reunidos - como força de trabalho, dinheiro, capacidade produtiva ou mercadorias - e postos em circulação como capital).
- 3) o caráter semelhante a lei da acumulação de capital no espaço e no tempo
- 4) as lutas políticas, sociais, e de “classe” em uma variedade de escalas geográficas¹³.

O desafio de Harvey é justamente desenvolver uma argumentação pró-teoria do desenvolvimento geográfico desigual pondo em tensão dialética estas quatro condicionalidades aparentemente excludentes com o fito de mostrar que a acumulação de capital cria espaço e espacialidades.

Para o geógrafo britânico: “desenvolvimentos geográficos desiguais refletem as diferentes formas em que diferentes grupos sociais têm materialmente incorporado seu modo de sociabilidade na teia da vida, entendida como uma evolução do sistema sócio-ecológico¹⁴”.

A metáfora da teia da vida em Harvey diz respeito às sociabilidades realizadas em distintos sistemas ecológicos nos quais os grupos sociais arquitetam sua sobrevivência no mundo. A metáfora permite compreender a interação dialética desenvolvida pelos grupos sociais em relação com o sistema sócio-ecológico.

Dessa forma, a teia da vida sócio-ecológica dos camponeses envolve a sociabilidade dos grupos e os sistemas ecológicos. Empiricamente, podemos citar os camponeses de Vertente e Bracinho que desenvolvem sua sociabilidade dentro do mesmo grupo, mas também com outros grupos de camponeses (como os de Lagoa das Caraíbas, Coceira¹⁵, etc.). Tais relações são complexificadas pelas mediações que os grupos camponeses travam com os sistemas ecológicos, como as chapadas. A teia da vida se constrói justamente nessa relação social entre camponeses e chapadas, por exemplo. Esta relação com a natureza (o sistema ecológico, as chapadas) travada pelos camponeses (sistema social) é uma relação de *objetivação*, ou seja, uma relação socialmente ineliminável na qual os seres humanos (no caso os camponeses) partindo de uma práxis criadora (*trabalho*¹⁶, especificamente o *familiar*)

¹³ 1) The material embedding of capital accumulation processes in the web of socio-ecological life. 2) accumulation by dispossession (a generalization of Marx's concept of "primitive" or "original" accumulation under which pre-existing assets are assembled - as labor powers, money, productive capacity or as commodities - and put into circulation as capital). 3) the law-like character of capital accumulation in space and time. 4) Political, social, and "class" struggles at a variety of geographical scales (HARVEY, 2006, p.75).

¹⁴ Uneven geographical developments reflect the different ways in which different social groups have materially embedded their mode of sociality into the web of life, understood as an evolving socio-ecological system (HARVEY, 2006, p. 77).

¹⁵ As comunidades citadas fazem parte do município de Santa Quitéria do Maranhão.

¹⁶ O filósofo marxista húngaro György Lukács, na trilha deixada por Marx, atentou para a centralidade ontológica do trabalho: “A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero

apropriam-se dos objetos (elementos) naturais (palha do coco babaçu, por exemplo) e produzem artesanato (objetos trabalhados manualmente por um artesão, como os cofos que são uma espécie de cestos)¹⁷.

Vemos, portanto, que a base natural (a natureza, as chapadas, por exemplo) é o alicerce sobre o qual se ergue o *ser social*¹⁸ (camponês, especificamente nesse caso) que nunca é redutível à natureza (apesar de partir dela) ou ainda ao *trabalho* (mesmo sendo este o ato primário do ser social).

O ser humano, racionalmente, se apropria, a partir de seus poderes e faculdades, dos objetos naturais que existem fora dele. Essa apropriação via *trabalho* traz tais objetos para o campo da ação dos homens. Com o intuito de satisfazer uma necessidade (construir uma casa, um telhado, fazer um cofo, um cesto, etc.) os homens antecipam na consciência a ação. Fazendo uso de suas faculdades, por exemplo, os camponeses *exteriorizam*¹⁹ seus conhecimentos no mundo objetivo. Esse mundo objetivo é o espaço de realização da sua existência (a vida social, a sociabilidade) mediado pela essência (a práxis criadora, o trabalho). O espaço ganha contornos ontológicos uma vez que ele é o âmbito da existência e existir é *existir-no-espaço*. O *existir-no-espaço* acontece quando os seres humanos produzem e reproduzem seus atos teleológicos objetivamente (no espaço).

Nesse sentido, os camponeses de Bracinho e Vertente encontram-se, no âmbito da teia da vida sócio-ecológica, como nos fala Harvey, *existindo-no-espaço*. Sem o espaço, entendido como o próprio âmbito da vida sócio-ecológica, o grupo social (camponês) fica órfão do lugar social (o campo) no qual ele realiza suas atividades transformativas e práticas cotidianas.

Dito tudo isto, a segunda condicionalidade da teoria do desenvolvimento geográfico desigual é a *acumulação por espoliação*²⁰. Trata-se da ampliação do conceito marxista de *acumulação primitiva ou originária*²¹. O objetivo de Harvey é mostrar que a referida *forma*

epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia "já na representação do trabalhador", isto é, de modo ideal" (LUKÁCS, 2012a, p. 5).

¹⁷ É curioso ver que Simone Raquel Batista Ferreira (2002) tenha chegado, penso eu, a esta mesma conclusão (do processo de objetivação-exteriorização do homem no/com o espaço) quando estudou a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no extremo norte do Espírito Santo. Analisando a comunidade de Itaúnas e seu entorno rural, Ferreira (p.34) descreve, não nos mesmos termos que eu, o processo de objetivação-exteriorização que os camponeses tem com o espaço: "a floresta de terra firme constituía o espaço da caça de outros bichos, da coleta de frutos, da coleta do cipó para a produção dos cestos, samburás e vassouras, da coleta das ervas medicinais para chás, banhos e unguentos, bem como da retirada de madeira para lenha, estacas, construção de casas e canoas".

¹⁸ Obviamente, o ser social não se restringe ao camponês: estou apenas querendo enfatizar este aspecto no âmbito do campesinato. Não obstante, é sempre bom deixar claro que o ser social é uma característica do Homem em sua relação com a Natureza mediada pelo trabalho (LUKÁCS, 2012b).

¹⁹ Segundo Sérgio Lessa (2007, p. 38) a *exteriorização*, para Lukács, é a distinção "entre o sujeito, portador da prévia-ideação, e o objeto criado no processo de objetivação". Prosseguindo: "Ao previamente idealizar o que será objetivado, o sujeito assume que tanto a natureza quanto ele pessoalmente se comportarão da forma prevista na prévia-ideação" (idem, p. 37-38).

²⁰ O geógrafo brasileiro Antônio Carlos Robert Moraes (2005b, p. 140) não fala em *acumulação por espoliação*, mas sim numa *contínua acumulação primitiva*: "Pode-se dizer que a lógica colonial revive na condição periférica reiterada na formação do país, a qual repõe a necessidade de contínua acumulação primitiva que tem por alvo as novas terras. A dependência externa apresenta como contrapartida a voracidade interna na ocupação do solo, o expansionismo sendo praticado em ritmo cada vez mais veloz".

²¹ A acumulação primitiva é uma "acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida" (MARX, 2011, p. 827). Em *O Capital*, precisamente no Livro I Volume II Capítulo XXIV, o filósofo, economista, revolucionário alemão e principal teórico do comunismo, Karl Marx, promoveu uma análise do referido processo enquanto gênese do processo capitalista. Marx aponta a violência como marca registrada de tal processo que opôs proprietários de dinheiro e trabalhadores livres. A expropriação dos camponeses na Inglaterra, o saque dos bens da Igreja Católica com a Reforma, a pauperização do povo, a usurpação das terras que formaram a oligarquia, são todos momentos do movimento da acumulação primitiva.

de acumulação permanece no capitalismo contemporâneo com novos *conteúdos*. Estes novos conteúdos foram bem desenvolvidos por Harvey em *O novo imperialismo*:

Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos. Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo [...] consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado (HARVEY, 2010, p. 121).

Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (de água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de “expropriação de terras comuns”. Tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal (idem, p. 123).

Além disso, Marx mostra como a lei se tornou veículo do roubo e da destituição de direitos, como a agricultura e a terra comunal foram desconectadas, a transformação da propriedade feudal em propriedade privada moderna e alienação fraudulenta dos domínios do Estado figuram entre os métodos da acumulação primitiva. Somem-se a isso as legislações contra os expropriados, as leis que rebaixavam salários, leis contra trabalhadores, o sistema colonial, a participação do cristianismo e a dívida pública como alavanca da acumulação primitiva.

Muito do que Harvey aponta tem correspondência na realidade dos camponeses de Vertente e Bracinho. A Suzano, no seu processo de territorialização, tem buscado mercadificar e privatizar as terras camponesas. A terra se transforma em um ativo (uma riqueza) diferentemente do que é para os camponeses, posto que para estes últimos ela é a condição *sine qua non* do *trabalho familiar* (OLIVEIRA, 2001). O Estado do Maranhão tem ajudado diretamente nessa situação via o ITERMA na medida em que não regulariza a situação fundiária das comunidades.

Dando continuidade, a terceira condicionalidade da teoria do desenvolvimento geográfico desigual é a *acumulação de capital no espaço e tempo*. Para Harvey (2006, p. 95), esta condicionalidade possui as seguintes características fundamentais:

(1) a atividade é expansionista e o crescimento é aceito como inevitável e bom, (2) o crescimento é sustentado através da exploração do trabalho vivo na produção, (3) a luta de classes é endêmica, mas não ameaçadora, (4) a mudança tecnológica (ou “progresso”) é inevitável e aceita como um bem em si, (5) o sistema é contraditório e inerentemente instável (condições de produção de capital no local de trabalho permanentemente em conflito com as de realização do capital no mercado, por exemplo), (6) as crises são inevitáveis e caracterizam-se pela sobreacumulação (uma condição na qual os excedentes de capital e trabalho existem lado a lado com aparentemente nenhuma maneira de reuni-los), e (7) se os excedentes não podem ser de alguma forma absorvidos em seguida, eles serão desvalorizados²².

A acumulação de capital no espaço e tempo está conectada à busca de absorção lucrativa dos excedentes de capital e de força de trabalho (extração de mais-valia). A sobreacumulação é resolvida temporariamente através do deslocamento espaço-temporal dos excedentes supracitados, como vimos. Este movimento geográfico não resolve as crises, apenas as contorna e cria instabilidades à medida em que se expande a atividade capitalista (à medida em que a crise vai se tornando cada vez mais global). No cenário dessas condicionalidades, Harvey enumera 10 passos teóricos que, unidos dialeticamente, ajudam-nos a entender a teoria do desenvolvimento geográfico desigual: 1) troca de mercado, 2) as leis coercitivas da competição espacial, 3) divisões geográficas do trabalho, 4) competição monopolista, 5) aniquilação do espaço pelo tempo, 6) infraestruturas físicas para produção e consumo, 7) a produção da regionalidade, 8) produção da escala, 9) sistemas territoriais de administração política e 10) a geopolítica do capitalismo.

No âmbito do *mercado*, Harvey salienta o papel da busca por *melhores localizações*. Ele discorda dos clássicos da teoria da localização, como August Lösch e Alfred Weber, que tendem presumir certo equilíbrio²³ racional entre os custos crescentes de transporte e a diminuição correspondente da demanda:

²² (1) activity is expansionary and growth is accepted as both inevitable and good, (2) growth is sustained through the exploitation of living labor in production, (3) class struggle is endemic but not threatening, (4) technological change (or "progress") is inevitable and accepted as a good in itself, (5) the system is contradictory and inherently unstable (conditions of production of capital in the workplace perpetually conflict with those of realization of capital in the market, for example), (6) crises are inevitable and are characterized by overaccumulation (a condition in which surpluses of capital and labor exist side by side with seemingly no way to bring them together), and (7) if the surpluses cannot be somehow absorbed then they will be devalued.

²³Para Harvey, o capitalismo tem a ver com crescimento e não com um estado de equilíbrio (como presumiam Lösch e Weber): “But capitalism is about growth not station erystate equilibrium” (HARVEY, 2006, p. 96).

A principal diferença reside no fato de essas obras [de Lösch, Weber] terem tipicamente buscado identificar um equilíbrio espacial na paisagem geográfica da atividade capitalista, enquanto no meu caso os processos de acumulação do capital são vistos como em perpétua expansão e, portanto, em permanente ação de rompimento de toda tendência ao equilíbrio (HARVEY, 2010, p. 83).

E é por isso que a busca por melhores localizações acirra ainda mais as *leis coercivas da competição espacial*. A procura de terras melhores localizadas, mais rentáveis, e que ofereçam lucros maiores se torna uma vantagem na competição capitalista e reorganiza, dessa forma, a espacialidade da economia capitalista. Por isso não é possível falar em equilíbrio, no máximo pode-se falar de uma tendência para a igualização (nos termos de Neil Smith, 1988). Uma igualização que nunca se realiza porque “as leis coercivas da competição, no entanto, produzem uma perpétua instabilidade dentro da paisagem geográfica do capitalismo²⁴”.

Estas leis coercivas da competição espacial produzem *divisões geográficas do trabalho* em virtude do movimento do capitalismo em sua perpétua busca de conter as crises de sobreacumulação. Isso desemboca em realocações da atividade industrial, como a Suzano está fazendo agora: deslocando-se de um Centro-Sul, mais concentrado industrialmente, e territorializando-se no Nordeste Brasileiro (destaque para o Maranhão). Isso se relaciona com o que Neil Smith qualifica como *concentração socioespacial e centralização do capital*.

Em primeiro lugar, devemos distinguir entre a concentração social e espacial e a centralização do capital. Quando Marx fala a esse respeito, geralmente quer dizer sobre o processo *social*, segundo o qual as unidades individuais de capital vêm a controlar quantidades cada vez maiores de capital. A concentração espacial e o processo de centralização referem-se à localização física do capital e é, desse modo, diferente da concentração e centralização sociais (SMITH, 1988, p. 176).

Diante disso, Harvey salienta o papel da *competição monopolista* como resultado contraditório deste processo de concorrência. O monopólio é um conceito central porque é uma das bases do capitalismo. Além disso, o monopólio dos meios de produção na forma da propriedade privada garante certa segurança e calculabilidade:

A competição no âmbito de um sistema espacial é no entanto [...] uma espécie de competição *monopolista*. [...] Embora a teoria abstrata do capitalismo (incluindo sua variante neoliberal) recorra o tempo todo aos ideais da competição, os capitalistas cobiçam poderes de monopólio porque estes proporcionam segurança, calculabilidade e uma existência de modo geral mais pacífica (HARVEY, 2010, p.84).

As leis coercivas da competição pelo espaço levam à formação de monopólios. Contraditoriamente, o aumento da concorrência gera o monopólio e o monopólio gera a concorrência. Ocorreu a redução das barreiras espaciais (distância) e das “barreiras políticas ao comércio graças a arranjos como a OMC (idem, p. 85)”.

²⁴ “The coercive laws of competition nevertheless produce perpetual instability within the geographical landscape of capitalism” (HARVEY, 2006, p. 98).

Os capitalistas tiveram, portanto de descobrir outras maneiras de criar e preservar seus tão cobiçados poderes monopolistas. As duas principais manobras a que recorreram foram: uma ampla centralização do capital, que busca o domínio por meio do poder financeiro, economias de escala e posição de mercado, e a ávida proteção das vantagens tecnológicas [...] por meio de direitos de patente, leis de licenciamento e direitos de propriedade intelectual. Não por acaso, estes últimos tem sido alvo de intensas negociações no âmbito da OMC, tendo produzido o chamado Acordo TRIPS [Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPs) Agreement – Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio] (idem, *ibidem*).

A competição monopolista, portanto, é uma marca do desenvolvimento geográfico desigual. Os monopólios representam um papel importante na *aniquilação do espaço pelo tempo*. Não, isso não significa dizer que o espaço não tem mais importância na economia capitalista, ou que ele possui uma inferioridade em relação ao tempo. O que Harvey procura assinalar é que este processo constitui uma lei da acumulação capitalista.

Se existe uma *necessidade* de reduzir as barreiras espaciais à acumulação para que o capital tenha *liberdade* de se locomover, isso só pode ser feito a partir de *infraestruturas físicas (capital fixo incorporado na terra) para produção e consumo*. A contraditoriedade do capitalismo se repõe mais uma vez: para *aniquilar* o espaço ele precisa *produzir* espaço: “infraestruturas físicas de transporte e sistemas de comunicação (portos, aeroportos, sistemas de transporte) espacialmente fixas e imóveis são necessárias a fim de libertar as outras formas de capital e trabalho para facilitar o movimento espacial” (HARVEY, 2006, p. 101).

Tais infraestruturas físicas absorvem os excedentes de capital e de força de trabalho para prosseguir na extração de mais-valia e para tornar lucrativas/rentáveis as atividades desenvolvidas. Os investimentos distribuem-se desigualmente na paisagem geográfica do capitalismo:

A concorrência entre diferentes usos da terra, o poder dos proprietários de terra para extrair renda de locais favorecidos, bem como a tendência para paisagens físicas tornarem-se mais escleróticas e menos flexíveis com o tempo, todas tendem a congelar os padrões de desenvolvimento geográfico desigual. O capital fundiário frequentemente requer forte apoio do capital financeiro e/ou Estado, a fim de elaborar e construir projetos que requerem o uso adequado e contínuo sobre um período considerável de tempo, se não eles são desvalorizados²⁵.

A citação de Harvey, especialmente quando o autor nos fala que o capital fundiário requer apoio do capital financeiro ou do Estado, tem correspondência direta com a nossa pesquisa. Um bom exemplo que pode ser citado tem que ver diretamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O BNDES tem apoiado os chamados “campeões nacionais” que se concentram na área de *commodities* (soja, minério de ferro, açúcar, etc.) O BNDES, que foi criado para potencializar a industrialização brasileira, está hoje mais voltado para o financiamento de empresas de matérias-primas. O referido

²⁵ “Competition between different land uses, the power of land owners to extract rent from favored locations as well as the tendency for physical landscapes to become more sclerotic and less flexible with time, all tending to freeze patterns of uneven geographical development. Landed capital often requires heavy support from finance capital and/or the state in order to elaborate and build projects that require adequate and continuous use over a considerable period of time if they are not to be devalued” (HARVEY, 2006, p. 102).

banco tem escolhido os setores de papel e celulose, alimentos, frigorífico, petroquímico, petróleo e mineração para receber seus vultuosos empréstimos. No final de 2010, a Suzano Papel e Celulose recebeu um aporte financeiro no valor de 2,7 bilhões de reais do BNDES para a construção da unidade industrial do Estado do Maranhão e, dentre outros, a implantação da infraestrutura e apoio necessário à operação desta unidade, construção de planta de cogeração de energia de biomassa, capital de giro e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais (SUZANO, 2011). Cabe ainda destacar que no primeiro semestre de 2011, o BNDES, que atualmente mantém cerca de 4% de participação na Suzano, aprovou a disponibilização de um total de R\$ 4,4 bilhões em crédito para a companhia nos próximos anos (FONTES, 2011).

Este exemplo ilustra como o capital bancário, no caso do BNDES, está diretamente relacionado, neste caso, à valorização produtiva, uma vez que a Suzano tomou emprestado capital para ser utilizado na aquisição de capital fixo (instalações, máquinas, equipamentos, fábricas, etc.).

Este exemplo também é bastante salutar para a afirmação de Gowan (2003) acerca da capacidade que os bancos têm de criarem dinheiro de crédito e como isto facilita a circulação das mercadorias, um fato benéfico para toda economia.

Nesse sentido, é possível visualizar e entender como capital financeiro e capital produtivo estão interligados. Gowan (2003, p. 34) foi bastante lúcido em mostrar a relação entre os dois polos do capitalismo, financeiro e produtivo:

Para aquele que emprega o capital no setor produtivo, o circuito se dá da seguinte forma: o capital começa como dinheiro (parte do qual é tomado emprestado do capitalista financeiro), que é então transformado em instalações, matéria-prima e empregados no processo de produção. O capital então emerge da produção como uma massa de mercadorias para venda; quando a venda é concluída, o capital reaparece na forma de dinheiro com o excedente extraído do processo de produção. Desse excedente, o empregador paga ao capitalista financeiro a soma inicialmente adiantada, juntamente com os royalties.

A observação de Gowan permite entender que aceitar a tese da financeirização da economia não implica necessariamente rechaçar o capital/setor produtivo, mas sim que este último está subordinado ao poder da *finança*²⁶.

Os processos de acumulação do capital ao mesmo tempo em que produzem instabilidades geram *configurações geográficas que atinge certa estabilidade temporária*. Harvey chamou isso de *produção da regionalidade*: “economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo – ao menos por algum tempo” (HARVEY, 2010, p. 88).

A produção da regionalidade articula-se com a *produção da escala*. As escalas não são naturais na visão de David Harvey, mas sim são produzidas pelo processo de acumulação que muda ao longo do tempo e do espaço.

A escala geográfica dominante em que ocorre acumulação vem mudando ao longo do tempo. Uma hierarquia de escalas (muitas vezes descrita como local, regional, nacional e global, ainda que estas sejam designações

²⁶ Segundo Chesnais (2010, p. 100), *finança* expressa “as instituições especializadas na centralização do dinheiro ‘inativo’ em busca de colocação em empréstimos ou em títulos, isto é, os fundos de pensão e de aplicação coletiva ou Mutual Funds, as grandes empresas de seguro e os maiores bancos, e as estruturas institucionais”.

arbitrárias em si) através do qual existe a circulação do capital funciona ao mesmo tempo em que produz suas próprias escalas distintas de organização²⁷ (HARVEY, 2006, p. 104).

O desafio é compreender a regionalidade em movimento. Mesmo as estruturas regionais que gozam de certa coerência econômica devem ser entendidas como inerentemente instáveis tal qual a volatilidade dos fluxos de capital e trabalho.

Crucial para a acumulação de capital é o papel desempenhado pelo *Estado*²⁸. Entendido como um *sistema territorial de administração política*, este aparato tem sido fundamental para garantir estruturas de regulação, conter conflitos de classe e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (HARVEY, 2010). Menosprezar a importância do Estado é um posicionamento profundamente equivocado:

Enquanto seria errado insistir, como alguns já fazem, que os Estados-nações tradicionais tornaram-se irrelevantes e impotentes em relação ao capital global, ele certamente tornou-se muito mais poroso (especialmente com respeito ao fluxo de capital) e ele tem em alguns aspectos importantes mudado suas funções (principalmente para o objetivo neoliberal de estabelecer um "bom clima de negócios" [...]). Na sua configuração neoliberal, as funções do Estado funcionam mais claramente agora como um "comitê executivo dos interesses da classe capitalista" do que em qualquer outro momento da história²⁹ (HARVEY, 2006, p. 106).

Por esse e outros motivos o Estado continua sendo fundamental para o capitalismo e sua forma mais nefasta, o neoliberalismo. É o Estado quem administra o território nacional, garante as condições gerais da produção capitalista, detém o monopólio da violência, da tributação, etc.

Por fim, mas não menos importante, o último passo teórico que conforma a terceira condicionalidade do desenvolvimento geográfico desigual é *a geopolítica do capitalismo*. Harvey chama atenção para a contradição existente dentro do capitalismo de duas lógicas distintas de poder: a lógica territorial e a lógica capitalista.

Por lógica territorial, eu quero dizer as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por uma entidade territorialmente definida, como o Estado, enquanto se esforça para defender os seus interesses e acumular poder em seu próprio direito. A lógica capitalista focaliza as formas em que o poder econômico flui através do espaço contínuo, em direção ou para longe de entidades territoriais (tais como Estados, ou blocos

²⁷ "The dominant geographical scale at which accumulation occurs has been changing over time. A hierarchy of scales (often depicted as local, regional, national and global, though these are arbitrary designations in themselves) exists through which the circulation of capital works at the same time as it produces its own distinctive scales of organization".

²⁸Na definição de Moraes (2005a, p. 43), o Estado é "o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espaço e sociedade-natureza".

²⁹ While it would be erroneous to insist, as some now do, that traditional nation states have become irrelevant and powerless in relation to global capital, they have certainly become much more porous (particularly with respect to capital flow) and they have in some important respects changed their functions (mainly towards the neo-liberal goal of establishing a "good business climate" [...]). In its neo-liberal configuration, the state functions more clearly now as an "executive committee of capitalist class interests" than at any other time in history.

de poder regionais) através das práticas diárias de produção, intercâmbio de mercadorias, comércio, os fluxos de capital, transferências de dinheiro, migração laboral, transferência de tecnologia, a especulação monetária, os fluxos de informação, impulsos culturais e semelhantes³⁰ (idem, p. 107).

Estas lógicas, por mais que sejam distintas, são internalizadas contraditoriamente pelo processo de acumulação no espaço e tempo. A lógica capitalista implica em busca de acumulação de capital. A lógica territorial, por sua vez, implica em um comando sobre o espaço (geralmente executado por políticos e estadistas).

A lógica capitalista e a lógica territorial do poder estão imbricadas com as questões geopolíticas e relacionadas ao imperialismo. Harvey (2006) dá o exemplo da Inglaterra e de suas colônias no qual aconteceu um *ajuste espacial*³¹ decorrente dos excedentes de capital e de trabalho que foram exportados para serem lucrativamente absorvidos. Os territórios podem ser abertos à penetração do capital pela força, colonização, pressão comercial, mas também podem se abrir com o intuito de tirar vantagens dos excedentes de capital a serem absorvidos, a exemplo da China hoje (HARVEY, 2006).

Finalmente chegamos à quarta condicionalidade que compõe a teoria do desenvolvimento geográfico desigual: *a política das lutas sociais*. O objetivo de Harvey é compreender tais lutas sociais em relação à dinâmica de acumulação do capital no espaço e tempo. Harvey distingue três tipos de lutas que se processam em uma variedade de escalas: (1) movimentos sociais e acumulação por espoliação, (2) conflitos em torno da reprodução ampliada do capital, e (3) conflitos sobre a incorporação material de processos sociais na “teia da vida”.

No primeiro aspecto, decorrentes da acumulação por espoliação, “essas lutas são de uma variedade quase infinita. As lutas tangíveis mais óbvias são sobre o acesso a terra e o espaço da vida, e de recursos fundamentais, como água, biomassa (florestas), energia e outros” (idem, p. 110).

No nosso caso específico, Suzano *versus* camponeses, não se trata de uma luta levada a cabo por movimentos sociais (apesar dos camponeses contarem com o apoio de importantes aliados como Fórum Carajás e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos). Os camponeses têm resistido à invasão da Suzano e encontrado respaldo político-jurídico nos aliados mencionados que encampam a luta contra a empresa.

No segundo aspecto, conflitos em torno da reprodução expandida do capital, Harvey chama atenção para os conflitos decorrentes da relação capital-trabalho: “o mais óbvio, e para os marxistas o lugar mais saliente do conflito, surge do antagonismo de classes entre capital e trabalho na produção de valor excedente” (idem, p. 112). Se no primeiro aspecto Harvey

³⁰ By territorial logic, I mean the political, diplomatic and military strategies invoked and used by a territorially defined entity such as state as it struggles to assert its interests and accumulate power in its own right. The capitalistic logic focuses on the ways in which economic power flows across and through continuous space, towards or away from territorial entities (such as states, or regional power blocs) through the daily practices of production, trade, commerce, capital flows, money transfers, labor migration, technology transfer, currency speculation, flows of information, cultural impulses, and the like.

³¹ Para Harvey (2005), o ajuste espacial é um mecanismo econômico-político do capitalismo caracterizado pela exportação de excedentes de capital e de força de trabalho de um determinado espaço para outro que irá absorvê-los lucrativamente por meio do capital fixo incorporado à terra ou pela expansão geográfica.

Em nossa pesquisa é possível verificar um *ajuste espacial*? A resposta é afirmativa uma vez que a Suzano tem exportado seus excedentes de capital para espaços “exteriores” relativamente subdesenvolvidos economicamente, como o Maranhão, transformando-o em um espaço de acumulação ao mesmo tempo em que produz espaço (monoculturas de eucalipto, acessos rodoferroviários, plantas industriais, terminal portuário, etc.). Cabe ressaltar que é uma solução temporária para crise, porque, como sabemos, o capitalismo não supera suas crises, apenas contorna.

tende a ver as lutas decorrentes da acumulação por espoliação como *não* sendo luta de *classes*, no segundo torna-se difícil aceitarmos, para o nosso caso, compreender as lutas entre a Suzano e os camponeses como *não* sendo luta de *classes*.

Finalmente, o terceiro aspecto, conflitos sobre a incorporação material de processos sociais na “teia da vida”, Harvey salienta o fato do “capitalismo tratar como mercadoria muitos elementos fundamentais dentro da teia da vida que não são produzidos como mercadorias³²” (idem, p. 113). Os exemplos são o trabalho, natureza, cultura, tradições, memória, inteligência, assim como a reprodução física das espécies.

E é precisamente isso que a Suzano tem feito no *Leste Maranhense*³³. Mercadificado a força de trabalho, transformado a natureza (como suas “florestas³⁴” de eucalipto) em ativos, desrespeitando a cultura e tradição camponesas quando põe em risco a reprodução material dos mesmos aos destruir, por exemplo, as chapadas.

Enfim, as quatro condicionalidades elencada por Harvey são fundamentais para uma compreensão satisfatória da teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Elas iluminam em muitos casos o próprio desenvolvimento da Suzano, o apoio do Estado e as lutas de classe decorrentes do seu processo de territorialização no Maranhão.

3 Considerações finais

Pelo que foi aqui exposto entende-se que o *desenvolvimento desigual do capitalismo* é marcadamente *espacial*. A *espacialidade* deste desenvolvimento desigual revela-se claramente no movimento escalar que o capital realiza em busca da mais-valia. A produção das escalas espaciais, a produção da diferença geográfica, o ajuste espacial, a acumulação por espoliação e as lutas de classes dão a tônica deste processo de mundialização do capital.

Não objetivamos aqui esgotar toda a riqueza teórica e conceitual que a teoria do *desenvolvimento geográfico desigual*, do geógrafo David Harvey nos oferece. Nosso foco foi enfatizar o caráter espacial do desenvolvimento desigual do capitalismo. Essa ênfase do caráter espacial coloca a questão do desenvolvimento desigual como eminentemente geográfica, ou seja, requer da Geografia a produção de um conhecimento científico e filosófico acerca das objetivações humanas no espaço.

Assim, David Harvey lança mão de vários *conceitos* que nos permitem compreender o desenvolvimento desigual do capitalismo. Seus principais conceitos, como vimos, são *ajuste espacial* e *acumulação por espoliação*. Apesar de serem os principais conceitos, e não somente os únicos, na *base* destes conceitos encontram-se *categorias-chave* da *economia política marxiana: trabalho e mais-valia*. E é justamente essa *apropriação* das categorias da economia política marxiana que implica em reconhecermos como *científico* e válido todo o esforço teórico de fôlego que David Harvey vem desenvolvendo na construção de uma *teoria geográfica* de base marxiana.

³² Capitalism treats as commodities many of the fundamental elements within the web of life that are not produced as commodities.

³³ Leste Maranhense, neste caso, significa uma das cinco mesorregiões do Maranhão, assim classificada pelo IBGE. Esta mesorregião é composta de seis microrregiões: Coelho Neto, Codó, Chapadinha, Baixo Parnaíba Maranhense, Caxias, e Chapadas do Alto Itapecuru.

³⁴ Insisto que floresta é muito mais que uma área coberta de árvores. Isso são, em verdade, monoculturas. E o próprio prefixo *mono* define que aquilo que é cultivado/produzido é algo único. Nesse sentido, empresas como a Suzano Papel e Celulose podem destruir a diversidade florestal (sem qualquer exagero nessa afirmação) em nome de um monocultivo que é considerado, erroneamente, como floresta.

Não obstante, pela lente da *dialética marxiana*³⁵, possibilitou-se compreender o movimento espacial da Suzano e sua consequente *territorialização* no Maranhão. O *ajuste espacial* da Suzano se materializa na sua *exportação de capital* para o Maranhão, bem como sua consequente territorialização. Essa territorialização se concretiza nos projetos de desenvolvimento da empresa em municípios maranhenses. Projetos esses que abarcam monoculturas de eucalipto (Timon, Porto Franco), acessos rodoferroviários (João Lisboa), plantas industriais (Imperatriz) e terminal portuário (São Luís).

A leitura crítica da compreensão de David Harvey sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo nos possibilitou também entender como o referencial analítico marxiano segue sendo fundamental para o entendimento da sociedade capitalista.

Por isso tudo, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual revela-se como uma proposta teórica interessante para a compreensão da dimensão espaço-temporal do capitalismo contemporâneo.

Referências

CÂMARA SETORIAL DE SILVICULTURA. **Agenda estratégica do setor de florestas plantadas**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.abraflor.org.br/agenda/agenda_silvicultura_web.pdf>. Acessado em: 04 de setembro de 2011.

CHESNAIS, François. “A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital”. In: CHESNAIS, F. *et alii*, **Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda Editorial, 2010, p.95-246.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia Humana São Paulo, 2002. 217 f.

FONTES, Stella. Suzano tem mais de R\$ 4 bilhões à mão no BNDES. **Valor Econômico**[online], São Paulo, 06 maio 2011. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/impreso/empresas/102/423053/suzano-tem-mais-de-r-4-bilhoes-a-mao-no-bndes>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

³⁵ Diz Marx (2010, p. 28) em *O capital*: “Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele, inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia - é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado”.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York, Verso, 2006.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4ªed. Loyola: São Paulo, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ªed. Loyola: São Paulo, 2011.

LUKÁCS, Georg. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Cf.<<http://sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html>>. Acesso em 01 set.2012a.p.1-20.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II**; Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Anais da Oficina sobre Política Nacional de Ordenamento Territorial, realizada em Brasília, em 13-14 de novembro de 2003**. Brasília: MIN/SPDR, 2005a, p.43-47.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 5ªed. São Paulo: Annablume, 2005b.154p.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. Contexto: São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, p.29-70.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SUZANO. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. Disponível em <www.suzano.com.br>. Acesso em 27 de agosto de 2011.

Artigo recebido em 27-10-2013
Artigo aceito para publicação em 26-07-2014